

## **A Questão da Autonomia e as práticas pedagógicas de um bom professor de Educação Física**

TEIXEIRA, Ademir.; SALA, Celso H.; ALMEIDA, Rejane A. V. S.; NEVES, Sabrina G.; ALVES, Simone

### **Resumo**

O grande desafio do profissional de Educação de forma geral e particularmente da Educação Física é educar para a autonomia, ou seja, formar cidadãos capazes de tomar decisões, pensando no coletivo e consciente do seu papel na sociedade. Para conduzir os educandos para a autonomia, não significa que o professor deve ser aquele do tipo “bonzinho” e tampouco autoritário, e sim um facilitador educacional, mediando, ouvindo, estimulando, criando condições ambientais favoráveis para que o aluno possa agir de maneira consciente, o que irá contribuir sobremaneira para o seu desenvolvimento e aprendizado. O objetivo desse estudo foi o de desvelar e compreender as práticas pedagógicas de um bom professor de Educação Física, escolhido intencionalmente, considerando a sua experiência concreta no que diz respeito à busca pela autonomia moral dos alunos. Ao todo foram observadas 12 aulas de 2 turmas de 7ª série do ensino fundamental. O estudo realizado indicou que em sua prática pedagógica o professor analisado procurou dialogar de forma aberta e clara sobre os objetivos a serem desenvolvidos na aula considerando a opinião de seus alunos e também quando proporcionou momentos de reflexões e decisões que partiram do próprio grupo. Assim, buscava continuamente desenvolver aspectos relacionados à autonomia dos alunos nas aulas de Educação Física na escola.

Palavras Chaves: Autonomia, Educação Física, Prática Pedagógica.

### **1. INTRODUÇÃO**

O assunto ao qual discorreremos é de grande relevância para os contextos educacionais. Observamos que muitos profissionais influenciam a construção de uma moral não autônoma de seus alunos. O grande desafio é exatamente saber se relacionar com as crianças de maneira que suas práticas ocorram em

ambientes adequados, em que as relações de respeito mútuo e reciprocidade, democracia, cooperação e participação ativa, sobreponham as relações de coação e respeito unilateral. Sua atuação deve ser a de um mediador, dentro de um ambiente em que existam momentos de discussões, onde todos os envolvidos tenham o direito não só de ouvir e expressar seus argumentos de maneira crítica, mas também de fazer considerações sobre os pontos de vista, de poder fazer afirmações ou negações de acordo com sua concepção, promovendo a reflexão, a verificação objetiva e a tomada de consciência.

O objetivo desse estudo foi o de desvelar e compreender as práticas pedagógicas de um bom professor de Educação Física, escolhido intencionalmente, considerando a sua experiência concreta no que diz respeito à busca pela autonomia moral dos alunos. A pesquisa de cunho qualitativa foi realizada por meio de observação de aulas e entrevista de um professor de Educação Física de 5ª a 8ª série de uma escola Pública Municipal.

Ao entender que almejamos discutir como formar alunos autônomos, houve a necessidade de indicarmos o que entendemos por autonomia e para quê atingi-la. Em outras palavras, buscou-se compreender como é possível, em uma das disciplinas escolares, alcançar o processo de autonomia, via observação e análise da prática de um bom professor. É importante ressaltar que esse professor é reconhecido na comunidade escolar e acadêmica como uma pessoa competente. Nesse sentido, buscamos averiguar como as questões teóricas abordadas são efetivamente implementadas na realidade escolar. Trata-se de aproximar as questões de cunho teórico como as de cunho prático.

No último tópico do trabalho, apresentamos o estudo de caso, discutindo a prática pedagógica e as condições de um professor que busca a formação voltada para a autonomia.

## 2. O desafio de se educar para autonomia

Hoje em dia, é comum observarmos uma crescente preocupação voltada para a formação de cidadãos autônomos, críticos e reflexivos quando o assunto se refere à educação. Diante do grande desafio de se educar para a autonomia, o papel das instituições escolares e mais precisamente do professor, ganha um destaque ainda maior, pois é cada vez mais evidente a necessidade de uma conscientização acompanhada de uma sensibilização desse profissional sobre sua importância dentro desse processo. É o que afirma AQUINO (1999, p. 07): “De modo análogo aos outros protagonistas da vida social envolvidos com a tarefa educativa, os agentes escolares têm-se confrontado cotidianamente com a necessidade de ressignificação de seus papéis, suas funções, suas práticas”.

Ao se falar em autonomia, é importante deixar registrado que o educador sempre trabalha com a moralidade. Por isso é importante que ele tenha muito bem definido seus objetivos, pois como aponta VINHA (2000, p. 21): “[...] reafirmamos que o professor está sempre trabalhando com a moralidade, mesmo quando julga que não o faz, já que esse aspecto é intrínseco às relações entre as pessoas”. Outro aspecto importante é a intencionalidade no ensino da moralidade, pois segundo PIAGET (1994, p. 245): “Na moral, a intenção é tudo”.

Antes de abordarmos como o educador pode atuar tendo o papel de mediador ativo no processo de construção da autonomia de seus alunos é importante definir alguns conceitos relacionados à autonomia.

A moral autônoma pode ser definida como a capacidade conquistada por uma pessoa em governar a si mesma, tendo consciência das regras com suas decisões sempre considerando o outro e não apenas a si própria. VINHA (1999, p. 07) ressalta que “autonomia não é o mesmo que individualismo, ou liberdade para fazer o que quer, significa coordenar os diferentes fatores relevantes, para decidir da melhor maneira para todos os envolvidos, levando em consideração, ao tomar decisões, os direitos, o ponto de vista do outro”.

Para OLIVEIRA (1994, p. 06) o desenvolvimento da autonomia moral “[...] é concebido como a construção da capacidade de tomar decisões conscientes, críticas e transformadoras, o que ocorre quando o indivíduo se

torna capaz de compreender, além de conhecer, os valores existentes no seu grupo social". Assim, uma pessoa moralmente autônoma possui a capacidade de decidir de forma consciente a favor da sua vida, respeitando e considerando os interesses do outro.

A criança, desde o seu nascimento, recebe influência dos adultos, normalmente dos pais, já revelando a necessidade em se respeitar algumas regras de conduta, possibilitando a elas o conhecimento da existência de certos deveres e obrigações. PIAGET (1994, p. 23) afirma que "toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras". O ponto chave dessa afirmação do psicólogo suíço não se encontra no simples respeito pelas regras, mas no entendimento sobre a necessidade de se respeitar essas regras e nos motivos que levam alguém a ter determinada conduta.

VINHA (1999, p. 06) salienta com muita propriedade: "sabemos das necessidades da existência de normas ao nos relacionar com os outros. Mas o importante não são as normas em si, mas o porquê as seguimos [...]". Ou seja, é preciso que ocorra a racionalização, a associação da regra moral com as conseqüências que resultarão do cumprimento ou não dessas regras. MENIN (2003, p. 88), deixa muito claro que "a moralidade é algo maior do que saber as boas regras ou as leis constituídas sobre como agir; ela implica em referir no por que seguir certas regras ou leis, mais que em obedecê-las cegamente".

Isso mostra que além da racionalização, do uso da inteligência aplicada na compreensão sobre os motivos das regras, é necessário algo mais ao se falar na construção de uma moral autônoma. Esse algo mais se refere à sensibilização, à afetividade, pois uma pessoa pode ter consciência plena de uma determinada regra e conduta e mesmo assim pode decidir não agir de maneira adequada por aquilo não ter tocado seus sentimentos. SANTANA (2003, p. 22) declara: "entretanto, o ponto é o de que não basta a inteligência para se agir moralmente e para se educar a consciência das pessoas: a afetividade tanto quanto a primeira são necessárias para a legitimação (a validação) de valores". Assim, podemos afirmar que a inteligência é uma condição importante para se agir moralmente, mas não é suficiente, pois, segundo LA TAILLE (2001, p. 103), "se para agir moralmente é preciso que a

inteligência esteja convencida, também é preciso que o coração esteja sensibilizado”.

A educação da moralidade autônoma é um processo de construção individual, bastante complexo. Ela ocorre a partir da qualidade das interações sociais vivenciada com os adultos, com seus pares, com as situações escolares e com os problemas que surgirem, ou seja, serão as inúmeras relações sociais de seu cotidiano que proporcionará condições para a pessoa construir sua moralidade. Ao se referir à educação da moralidade autônoma, PUIG (1998, p. 19-20) afirma que: “[...] é essencialmente um processo de construção de si mesmo. Não é uma imposição de modelos externos, nem o descobrimento de valores íntimos, tampouco o desenvolvimento de certas capacidades morais. A educação moral é uma tarefa destinada a dar forma moral à própria identidade, mediante um trabalho de reflexão e ação a partir das circunstâncias que cada sujeito vai encontrando dia a dia. Trata-se, porém, de um processo de construção que ninguém realiza de modo isolado; conta sempre com a ajuda dos demais e de múltiplos elementos culturais valiosos, que contribuem ativamente para conformar a personalidade moral de cada sujeito. A construção da personalidade moral é uma obra compartilhada, feita junto com os outros, e impulsionada por normas de valor que a orientam, ainda que nunca a determinem completamente”. No que diz respeito à importância da existência do outro nesse processo.

VINHA (2000, p. 38) acrescenta que: “[...] a moralidade está inserida no aspecto social, pois refere-se sempre a uma situação interativa, isto é, o sujeito com relação ao outro. Se a questão é como devo agir perante o outro, logicamente é preciso haver o outro, e, em qualquer relação com outrem é necessária a existência de regras e normas de conduta que orientem essas relações”.

Sendo a autonomia moral uma conquista individual que ocorrerá por meio das interações sociais, podemos afirmar que ninguém nasce autônomo. Na verdade, PIAGET (1994) defende a existência de um processo psicogenético evolutivo, que se inicia no nascimento da criança e segue durante sua vida em direção da autonomia. Para ele, a criança nasce em um estágio marcado pela ausência de regras sociais conhecido como anomia. A partir de seu nascimento, a criança recebe influência dos adultos, normalmente

dos pais e esse estágio de ausência de regras é substituído por outro denominado heteronomia, como nos mostra SANTANA (2003, p. 30): “à medida que a criança, gradativamente, interage com o mundo e outras pessoas, é por esses, lentamente, pressionada (constrangida) a cumprir determinadas regras sociais. É a substituição do estado de ausência de regras, de anomia, pela heteronomia”.

Nesse novo estágio, a criança reconhece que existem coisas que podem ser feitas ou não, mas os limites sempre partirão dos mais velhos, ou seja, na heteronomia ocorre a obediência pelas regras através de uma relação de submissão à uma autoridade e às possíveis conseqüências que podem decorrer da sua não submissão. Para MENIN (2003, p. 40), heteronomia significa “ser governado por outros, fora de nós; e significa que quando não houver outros a nos mandar, ameaçar, punir, podemos ficar sem governo e assim fazemos tudo o que nos der na telha!”. Por isso é tão importante o entendimento dos motivos que nos levam a seguir as regras.

O próximo estágio nesse processo evolutivo é a conquista da autonomia. É muito difícil encontrar pessoas realmente autonômas, que tenham consciência plena de suas ações, pensamentos e valores. Isso é comum quando as interações sociais vivenciadas pelas pessoas ocorrem em um ambiente que não propiciou essa conquista, ou seja, não proporcionou condições ideais para a transposição do estágio de heteronomia para o de autonomia. PIAGET (1996, p. 03) coloca acertadamente: “[...] são as relações que se constituem entre a criança e o adulto ou entre ela e os seus semelhantes que a levarão a tomar consciência do dever e a colocar acima de seu eu essa realidade normativa na qual a moral consiste”.

PIAGET (1994) afirma que existem dois tipos de relações sociais: a primeira delas, definida como relações de coação e se baseiam em elementos como autoridade, obediência e respeito unilateral. A outra definida como relações de cooperação e se baseiam na reciprocidade, nas relações democráticas e no respeito mútuo. A conquista da autonomia ou a manutenção da heteronomia está diretamente relacionada com esses dois tipos de ambiente.

Ao observar as instituições escolares, mais precisamente ao tipo de ambiente que tem sido proporcionado, em pesquisa recente, VINHA &

TOGNETTA (2006, p. 54), comprovaram que se o objetivo é a formação de pessoas autônomas, “[...] não bastam boas intenções e nobres objetivos; faz-se necessário oferecer de fato um ambiente sociomoral favorável a esse desenvolvimento”. Assim, o educador comprometido com a conquista de uma moral autônoma deve refletir sobre os objetivos de suas práticas educacionais, além de conhecer os processos que permitem a construção de princípios e valores por parte das crianças, a fim de proporcionar ambientes que favoreçam essa aquisição, pois sua prática será resultado direto dessas reflexões.

É como afirma OLIVEIRA (1994, p. 123): “O modo de agir do professor reflete [...] a sua concepção de autonomia, a qual pode ser compreendida como uma “uma simples delegação momentânea e limitada de ações, ou como um processo de construção das estruturas mentais de raciocínio, responsáveis pela estruturação, cada vez mais complexa e elaborada, do pensamento moral e intelectual”.

O professor que almeja atuar nessa concepção, deve possuir estratégias de ensino que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio e a tomada de consciência por meio da criação de situações de conflito em suas aulas, visando atitudes autônomas por parte dos alunos.

No que tange a Educação Física, as práticas pedagógicas devem permitir o conhecimento consciente do conteúdo das manifestações da cultura corporal em todas as suas dimensões, aumentando as possibilidades de escolha no cotidiano, não ficando restrito apenas ao ambiente escolar.

Visando propiciar um ambiente adequado para o desenvolvimento da autonomia, o professor de Educação Física precisa atuar como um mediador, motivando os participantes por meio de propostas que permitam que os alunos participem ativamente. BOAVENTURA (2007), enfatiza que o professor, ao descentralizar seu poder de decisões no decorrer das aulas, fornece condições para o desenvolvimento de noções de responsabilidades e comprometimento dos alunos, criando um ambiente democrático, permitindo uma participação mais efetiva, no processo de criação e decisão.

Assim, o professor deve propiciar condições para que o aluno reflita sobre as suas possibilidades de agir de maneira autônoma.

### **3. Autonomia pra quê?**

É sabido que nos contextos da educação formal predomina uma cultura transmissiva, que promove, sobretudo, a reprodução de valores, atitudes, conhecimentos e discursos, cerceando a criatividade e a liberdade de escolha dos professores e dos alunos. Assim a contribuição da autonomia na educação reside também no desenvolvimento da flexibilidade e pluralismos pedagógicos, tolerância da dúvida e da ambigüidade, aceitação dos dilemas como pontos de partida para aprendizagem, valorização do outro e das relações interpessoais.

Hoje em tempos de sociedade contemporânea estamos passando por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Neste contexto a escola não acompanhou este avanço ficando, muitas vezes, a margem de todas essas transformações.

Sabe-se que há indicativos de que a escola deva trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano.

Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização deste objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um projeto político-pedagógico.

O projeto político-pedagógico é uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola deve estar articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Torna-se relativamente evidente que uma das implicações da defesa da autonomia nos contextos da educação formal reside numa progressiva redefinição de poderes. Até que ponto interferem os governos, as escolas, os professores e os alunos interessados nela, eis uma questão de difícil resposta. Até porque os sistemas educativos não funcionam independentemente dos sistemas políticos e econômicos. E também porque as culturas tendem à auto-preservação e ao conservadorismo. A autonomia que almejamos não deve ser confundida com apologia a um trabalho isolado, marcado por uma liberdade ilimitada, que transforme a escola numa ilha de procedimentos sem



fundamentação nas considerações legais de todo sistema de ensino, perdendo, assim, a perspectiva da sociedade como um todo.

Pensamos que o aluno autônomo é aquele que é capaz de gerir a sua aprendizagem, da definição de metas à avaliação, uma imagem ideal que, na prática se traduz na existência de graus de autonomia. A concretização desta definição assume, portanto, contornos particulares em função do contexto de aprendizagem, uma vez que a autonomia não é uma capacidade absoluta, estática ou independente das circunstâncias que se exerce (HOLEC 1981, *apud* VIEIRA & WENDEN, 2002 p.143).

De acordo com os PCN ( Brasil) “A autonomia moral e intelectual é uma capacidade a ser desenvolvida pelos alunos, e seu desenvolvimento se dá em função de uma prática educativa exercida coerentemente com essa finalidade” (PCN 1997, p. 89).

FREIRE (1996, p. 61), citando a questão da autonomia afirma que “a inconclusão que se reconhece a si mesma, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca”.

Educar para autonomia é acreditar na dimensão do desenvolvimento do potencial para atitudes individuais que manifestam dentro de um contexto grupal e coletivo. É almejar pessoas capazes de romper com os ditames do olhar individualista da modernidade.

Esses ditames são reforçados por alguns veículos de comunicação, estabelecendo uma verdadeira e nefasta imposição midiática. Essa imposição utiliza de diversos instrumentos cada vez mais cerceadores, segregadores, mais competitivos e autoritários, que incentivam a individualidade, a indiferença e o imediatismo. Ditam padrões de certo/errado, bonito/feio, justo/injusto, moral/imoral, criam algumas necessidades fictícias, como por exemplo, a necessidade de consumo, ou seja, determina identidades e formas de viver.

DARIDO (2005, p. 40), ressalta [...] “os alunos deveriam ter condições de posicionar-se criticamente em relação aos padrões de beleza impostos pelas diferentes mídias[...]”.

Com esses fortes ventos soprando sobre nós, pede-se pessoas mais críticas, capazes de tomar decisões e que tenham atitudes reflexivas. A autonomia surge como ação libertadora, manifestando as possibilidades de compreensão, de crítica à subserviência da condição humana. Indivíduos

autônomos podem analisar de que forma esses ditames interfere nas suas vidas e como podem fazer para resistir a sua opressora presença, podem realizar escolhas conscientes, escolhas críticas, pelos caminhos aos quais irão trilhar, provocando uma ruptura entre o desejo dos setores industriais competitivos e as políticas ditas sociais, que são muitas vezes negligenciadoras e alienantes. Atuando, às vezes, de forma complementar, e outras, de forma contraditória, entretanto, não descompromissada de suas valiosas análises e atitudes apresentando alternativas democráticas e emancipadoras.

## **4. Metodologia**

### **4.1 O estudo de caso**

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso qualitativo descritivo, que segundo NEGRINE (2004), tem o propósito de descrever e explicar as idéias e atitudes de uma pessoa sobre determinado assunto.

MOLINA (2004), ressalta que o estudo de caso pode ser definido como um exame particular de uma situação, programa, acontecimento ou fenômeno específico que proporciona uma valiosa descrição.

O procedimento de análise visa averiguar a prática pedagógica de um professor que educa seus alunos para a autonomia, e para isso observamos e filmamos, com o consentimento dos órgãos institucionais, diretores, professor e alunos (autorizados pelos pais/responsáveis) em participar do estudo. Ao todo foram gravadas 12 aulas de 2 turmas (aulas duplas), de 7ª série do ensino fundamental.

### **4.2 Sujeito**

O estudo de caso é a eleição de um objeto a estudar (MOLINA, 1999)

O professor participante deste estudo atua na rede municipal e privada de ensino de uma cidade do interior de São Paulo é docente de uma faculdade privada de educação física, além disso, o professor é graduado pela Unicamp, especialista em pedagogia do esporte escolar pela mesma universidade e mestrando em Ciências da Motricidade - Pedagogia da Motricidade Humana na Unesp. Ou seja, um professor que buscou manter-se atualizado e em processo de formação continuada.

Chegou-se a esse professor pela indicação de algumas pessoas próximas ao autores do estudo.

#### 4.3 Material

##### Observação

As aulas foram gravadas para a realização de uma análise posterior. Ao todo foram 12 aulas em quatro dias, que ocorreram durante o período da manhã (das 07h10min às 10h30min), em cidade diferente das que residem os autores dessa pesquisa.

##### Questionário

Durante a observação das aulas gravadas, surgiu à necessidade de investigar aspectos da prática do professor que não estavam claro. Assim, formulou-se cinco questões que foram prontamente respondidas pelo professor via e-mail.

### **5. Resultados e discussão**

As atitudes do professor serão aqui relatadas a partir da observação das aulas e do questionário aplicado bem como a fundamentação teórica vinculada ao tema da autonomia, mais especificamente ao: respeito mútuo e reciprocidade, democracia e participação ativa e cooperação.

#### Respeito mútuo e reciprocidade

A conquista da autonomia moral é um processo de construção individual que ocorre a partir da qualidade das interações sociais, se iniciando no nascimento da criança, se prolongando por toda sua vida. Para ARAÚJO (1999) as interações baseadas na reciprocidade que é quando existe a troca entre iguais, e no respeito mútuo que se caracteriza pelo respeito entre as pessoas, estão diretamente ligadas à criação de um ambiente adequado que favoreça essa conquista. Nessas relações, o sentimento entre seus iguais ou superiores passa ser outro além daquele relacionado a ameaças e punições, sendo o maior medo não decepcionar a pessoa que se gosta.

No âmbito escolar, o professor comprometido a atuar como um agente favorecedor de um ambiente em que as pessoas se respeitem como iguais,

deve possibilitar o direito para que todos tenham possibilidades de se manifestar livremente.

Isso pôde ser percebido na pratica pedagógica investigada e na resposta apresentada na questão referente ao assunto, quando o mesmo diz que *“As decisões das aulas, na grande maioria das vezes, são através de votações dos envolvidos, oferecendo espaço para novas idéias e diferentes manifestações. Procuo não ficar preso ao conteúdo da aula, mas sim aos propósitos e aos objetivos.”*

Notamos que foram proporcionados momentos ímpares na busca pela autonomia. Em sua prática pedagógica observamos que o professor procurou dialogar de forma aberta e clara sobre os objetivos a serem desenvolvidos na aula quando abriu espaço para manifestações considerando a opinião de seus alunos e também quando proporcionou momentos de reflexões e decisões que partiram do próprio grupo.

Com essas atitudes, observou-se a reciprocidade e o respeito mútuo presentes na aula.

#### Democracia e participação ativa

Favorecer um ambiente democrático, onde o aluno possa dar opiniões e ajudar a tomar decisões durante a aula, é um meio de se educar para a autonomia.

Essas práticas estão de acordo com a proposta assinalada por DARIDO E RANGEL (2005), segunda a qual afirma que *“no processo de educação para a autonomia: inclui-se ainda o espaço para discussão das melhores táticas, técnicas e estratégias. Em outras palavras, a autonomia é facilitada quando se estimula o aluno a participar das discussões e reflexões em aula.”*

O professor observado além de proporcionar ambientes democráticos também ressalta que: *“No caso da escola, o professor serve como moderador e incentivador de uma proposta de aula ou conteúdo e os alunos, a partir deste start, devem autogerir o desenrolar das atividades, sempre utilizando princípios democráticos nas decisões coletivas, respeitando a organização da aula e os objetivos propostos.”*

Em se tratando de democracia, podemos observar alguns momentos em que o professor proporciona esse ambiente, como por exemplo, no

momento em que discute com os alunos sobre quais atividades devem ser realizadas durante um evento que acontecerá na escola, dispõe de momentos da aula para que os alunos discutam e exponham suas opiniões a respeito do tema abordado, além de solicitar aos alunos que em forma de votação decidam por qual lugar será realizada a atividade prática, como deve ser a escolha de times, também solicita aos alunos opiniões e idéias na mudança e construção de novas regras de jogo como, por exemplo, quando interrompe a partida adaptada de voleibol e faz uma votação para saber qual regra eles acreditam ser a mais adequada, deixando livre também a exposição de opiniões.

Por meio de um ambiente democrático incentivamos a participação ativa dos alunos, sobre essa questão DARIDO (2005, p. 41), ressalta que: “Uma estratégia interessante para desenvolver ou reforçar a autonomia é atribuir responsabilidades aos alunos no planejamento, implementação e avaliação [...]”. E em (2007, p. 21), a mesma autora reforça essa idéia afirmando que [...] “a autonomia é facilitada quando se estimula o aluno a participar das discussões e reflexões da aula”.

Quanto a essa questão, o professor observado lembra que:

*“Acredito que o fato de deixar bem explícito os objetivos das aulas e a forma de avaliação, expõe claramente o que espero da participação do aluno e as conseqüências para ele e seu desenvolvimento.”*

Entendemos que o professor, ao atuar como favorecedor de um ambiente em que prevalecem as relações de reciprocidade e de respeito mútuo permite que o aluno participe das aulas por ter consciência da importância daquela prática em seu desenvolvimento.

Um ponto muito interessante que foi observado nas aulas foi a participação ativa de todos os alunos presentes. Mas é importante ser levado em consideração que as aulas de Educação Física dessa unidade escolar são realizadas fora do horário da grade curricular, o que deixa evidente que os alunos estavam presentes na aula por se interessarem realmente pela mesma.

Foram poucos os momentos em que o professor precisou chamar a atenção de alguém do grupo e quando isto ocorria, durante a explanação sobre a proposta para a aula, os próprios alunos pediam a colaboração daqueles que estavam dispersos.

Outros momentos em que ficou evidente a participação ativa dos alunos foi quando o professor reuniu todos em um grande círculo para a discussão do que estava sendo realizado. Assim foram feitas sugestões, questionamentos e alterações na própria atividade, com todos permanecendo atentos, aguardando sua oportunidade de se manifestar.

O ambiente proporcionado pelo professor para o desenvolvimento da autonomia deixa claro que incentiva a participação ativa dos alunos.

#### Cooperação

A autonomia moral e intelectual poderá ser desenvolvida se o ambiente proporcionado pelo professor for cooperativo, que é também defendido por PIAGET, que em uma de suas obras define o termo como sendo “toda relação entre dois ou n indivíduos iguais ou que se acreditem como tais, dito de outra forma, toda relação social na qual intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio” (ARAUJO, 2003). Outro importante autor que defende o trabalho cooperativo é FREIRE, que em 1999 refere-se a esse ambiente como sendo de tal importância, como quanto aprender a escrever.

Acreditando que essa forma de convivência proporcionada pelo professor levará os alunos a serem autônomos, foram observadas algumas formas de cooperação sugeridas em momentos das aulas que se apresentam a seguir.

Nas realizações das aulas o professor solicita aos alunos que guardem os materiais utilizados e não os deixem jogados, para que colaborem com os colegas na execução da atividade prática, também pede para que levem o material a ser utilizado de um lugar para o outro, solicita que os alunos que estejam com dificuldade na execução de determinado exercício sejam auxiliado pelo colega, há também uma proposta de organizarem-se em grupos para a realização de algumas atividades, e ao solicitar essas atitudes, os alunos as realizam sem resistência, como por exemplo, quando o professor pede para que os alunos dividam-se em grupo para a formação de uma “pirâmide humana”, explicando que nessa atividade deve haver o respeito, a confiança e a cooperação entre eles, então os alunos fazem o que foi solicitado.

A respeito desta categoria, o professor nos mostra a importância de trabalhar em cooperação não somente em suas atitudes durante as aulas, mas ressaltando que:

*“Do ponto de vista de um educador, acho fundamental. Acredito que promove o crescimento da socialização, criatividade e raciocínio do indivíduo, aumentando as chances deste, futuramente como cidadão, participar ativamente e efetivamente na sociedade, inclusive politicamente”.*

Acreditamos que proporcionar um ambiente cooperativo nos auxiliará no desenvolvimento da autonomia de nossos alunos.

## **6. Considerações finais**

Tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho de um especialista da Educação Física que possibilitou perceber que sua prática pedagógica busca o desenvolvimento da autonomia.

Finalizamos nosso questionário quando perguntamos ao professor se sua prática pedagógica encontra obstáculos frente ao corpo docente e direção da sua escola. E ele nos respondeu que já enfrentou vários obstáculos, mas com o tempo, trabalho e muitas justificativas embasadas, foi ganhando o respeito e o espaço que a Educação Física merece. Para ele, ainda há muitos rótulos sobre nossa área e por um longo período deveremos continuar na busca de um lugar de direito e hoje em dia o fato da Educação Física estar considerada no mesmo nível dos outros componentes curriculares já é uma grande conquista, mas há muito ainda o que fazer.

Consideramos que Autonomia é governar-se a si mesmo, mas referenciado no outro, o estudo realizado possibilitou a reflexão sobre a prática pedagógica ampliando nosso conhecimento sobre a questão de seu desenvolvimento. O professor observado realiza práticas pedagógicas favorecendo ambientes de cooperação, democráticos com a participação ativa dos alunos, de reciprocidade e de respeito mútuo, de modo que a educação para a autonomia seja garantida. Assim sendo, acreditamos que é possível uma prática pedagógica comprometida com os ideais da autonomia.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, U.F., O ambiente escolar e o desenvolvimento juízo moral infantil. In: Cinco estudos de educação moral, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- ARAUJO, U.F., Respeito e autoridade na escola. In: Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. 4 ed. São Paulo: Summus, 1999.
- AQUINO, J. G. Apresentação. In: Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1999.
- BOAVENTURA, E. Educação Física para a autonomia: construção de possibilidades metodológicas. Dissertação de mestrado. Rio Claro, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. 3º e 4º ciclo do ensino fundamental, 1998.
- DARIDO, S.C ; RANGEL, I.C.A. Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. IL.: (Educação física no ensino superior).
- DARIDO, S.C.; SOUZA, O.M., Para Ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola, Campinas, SP, Papirus, 2007.
- FREIRE, J.B., Educação de corpo inteiro: Teoria e pratica da educação física, São Paulo, Scipione, 1999.
- FREIRE, J.B. SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal. São Paulo, Scipione, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática pedagógica: São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- VIEIRA, F.; WENDEN, A.; Revista Linguagem & Ensino, Vol. 5, nº 2, 2002 (141-164).
- MENIN, M. S. de S. Desenvolvimento moral. In: Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- MOLINA, R.M., O enfoque teórico qualitativo e o estudo de caso: Uma reflexão introdutória. In: A pesquisa qualitativa na educação física: Alternativa metodológicas, Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- NEGRINE, A., Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: A pesquisa qualitativa na educação física: Alternativa metodológicas, Porto Alegre, UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, A. M. Literatura infantil e desenvolvimento moral: a construção da noção de justiça em crianças pré-escolares. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

Referências literárias

PIAGET, J., Os procedimentos da educação moral. In: Cinco estudos de educação moral, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

PUIG, J. M. A construção da personalidade moral. São Paulo: Ática, 1998.

SANTANA, W. C. de. A pedagogia do esporte e a moralidade infantil. Dissertação de mestrado - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

TAILLE, Y. de. Limites: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 2001.

VINHA, T. P. Valores morais em construção. Belo Horizonte: Revista AMAE - Educando, n. 285, p. 06 - 12, 1999.

VINHA, T. P. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Considerações sobre as regras existentes nas classes democráticas e autocráticas. Educação Unisinos, v. 10, p. 45-55, 2006.